

## **A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO SEMIÁRIDO BAIANO SOB O OLHAR DOS DISCENTES DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ANTÔNIO GONÇALVES**

**ISABELA VIEIRA DE SÁ<sup>1</sup>  
LEONICE FRANCISCA DE SOUZA<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente artigo tem por finalidade identificar e analisar a concepção de gestão dos recursos hídricos no semiárido baiano por parte dos alunos da Escola Família Agrícola de Antônio Gonçalves (EFAAG). Para tanto, a metodologia adotada está respaldada na pesquisa de natureza qualitativa, tendo como instrumentos de investigação o questionário misto e a análise documental de arquivos relevantes da escola supracitada. O trabalho está fundamentado nas discussões de teóricos como, SILVA (2003), LIMA (2011), CAVALCANTE (2007), entre outros que contribuíram significativamente com as reflexões aqui traçadas. Acreditamos que estas discussões, bem como os resultados encontrados contribuirão para o traçado e reflexões na Educação do Campo do semiárido baiano, e, sobretudo, nas Escolas Famílias Agrícolas desta região.

**Conceitos-chave:** Gestão de Recursos Hídricos. Convivência com o Semiárido. Escolas Famílias Agrícolas.

### **INTRODUÇÃO**

Algumas das principais motivações para a realização deste artigo partiram dos frequentes debates suscitados nas aulas dos diversos componentes curriculares que compõem a grade do curso de especialização em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido com Ênfase em Recursos Hídricos e, sobretudo, da visita técnica à Escola Família Agrícola de Antônio Gonçalves (EFAAG) realizada durante o quarto módulo do curso. Além disso, atrela-se a crescente preocupação em conviver harmonicamente com o semiárido, usufruindo de seus recursos hídricos com responsabilidade.

A referida escola, que foi *locus* desta pesquisa, está localizada na zona rural do Município de Antônio Gonçalves, cidade que faz parte do Território Piemonte Norte do Itapicuru, região centro-norte do Estado da Bahia, com cerca de 11.989 habitantes segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2016, e que possui

<sup>1</sup> Aluna de Pós Graduação do Curso de Especialização de Desenvolvimento Sustentável no Semiárido com Ênfase em Recursos Hídricos pelo IF Baiano Campus Senhor do Bonfim - BA;  
[isabelavieira19@yahoo.com.br](mailto:isabelavieira19@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia – UFBA;  
[leoniceesouza@gmail.com](mailto:leoniceesouza@gmail.com)

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 3,5 nas escolas públicas analisadas no ano de 2015, de acordo com o Portal QEdu.

O bioma predominante nesse território, o qual a EFAAG está inserida é a caatinga, sendo que os climas registrados são o tropical semiárido e o subúmido a seco, onde as precipitações pluviométricas anuais variam entre 500 e 800 milímetros. No aspecto socioeconômico, as nove cidades que compõem esse Território possuem a agropecuária e a agricultura familiar como atividades relevantes na composição do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que Antônio Gonçalves ocupa o 6º lugar em número de estabelecimentos da agricultura familiar, conforme dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (2015).

Levando em consideração esse contexto somado à histórica e constante escassez de água dessa região, a temática principal deste artigo buscou identificar e analisar a concepção de gestão de recursos hídricos no semiárido por parte dos alunos da EFAAG, entendendo como gestão o cuidado e a responsabilidade empreendidos para utilizar a água nas diversas atividades do campo. Como forma de nortear a questão central deste trabalho considerou-se os seguintes questionamentos: qual o compromisso que a EFAAG possui em ensinar os educandos a conviver harmonicamente com o semiárido, usufruindo responsabilmente dos recursos hídricos disponíveis, sendo esta uma escola do campo, que tem sua metodologia de trabalho voltada para a população campesina? Deste modo questiona-se o tempo que os alunos passam na escola é suficiente para que eles construam uma concepção de gestão de recursos hídricos condizente com a realidade em que vivem?

A pesquisa foi de cunho qualitativo, sendo que os sujeitos de pesquisa foram oito alunos que cursam o terceiro ano do ensino médio na referida escola, que após apresentação da proposta disponibilizaram-se voluntariamente responder o questionário. Esses discentes foram escolhidos como participantes, por já terem um percurso de aprendizagem considerável dentro da instituição, que em certa medida, possibilita-os uma concepção diferenciada sobre as questões hídricas no semiárido, bem como de outras questões que circundam e fazem parte da vida do homem do campo, a exemplo do conceito de caatinga, em relação a alunos que adentraram a pouco tempo. Utilizamos como instrumentos de pesquisa a observação e análise do Projeto Político Pedagógico da instituição, observação das aulas teóricas e práticas que discorrem sobre a temática além de aplicação de questionário misto.

Para uma maior compreensão do leitor, este artigo está dividido em tópicos temáticos onde discutimos os conceitos-chave que são de suma importância para a compreensão do

tema central, tópicos de análise dos dados levantados e por fim, contextualização e interpretação destes dados, respondendo ao propósito do trabalho.

## **GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS: UM DEVER DE TODOS EM PROL DO BEM COMUM**

A lei nº 9.433/97 que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos, fundamenta em seu artigo 1º que a água é um recurso natural limitado, de domínio público, dotado de valor econômico. Acrescentado ainda, que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e da comunidade, devendo sempre proporcionar o uso múltiplo das águas. Considerando o que diz esta lei e a grande importância que água representa para a sobrevivência dos seres vivos no planeta, o conceito de gestão de recursos hídricos que aqui nos referimos refere-se a utilização deste bem comum de forma responsável, em seu mais amplo aproveitamento, contemplando não somente o uso, mas todas as atividades que possam resultar em sua degradação.

Trazendo este conceito para a região semiárida, contexto no qual estamos inseridos, podemos dizer que esta problemática se torna ainda maior, uma vez que o semiárido é caracterizado como uma região onde a escassez de água ocorre constantemente devido as suas peculiaridades edafoclimáticas<sup>3</sup>, e por se tratar de uma área de relevante concentração populacional que tem a sua economia amparada basicamente pela agricultura e pecuária.

Pensando nessa realidade característica do semiárido nordestino a Bancada Federal do Nordeste (2013) estabeleceu como objetivos gerais da gestão de recursos hídricos: “Alcançar e manter padrões desejáveis de sustentabilidade e estabelecer mecanismos de convivência com a vulnerabilidade regional” (p. 40). Refletindo sobre estes dois objetivos norteadores de políticas de enfrentamento da seca e de convivência com o semiárido compreendemos que planejar, administrar e regular ações individuais e coletivas para o uso responsável da água tornam-se atitudes indispensáveis para que a população desta região se desenvolva sustentavelmente.

A distribuição dos recursos hídricos no semiárido tem sido insuficiente, de modo que algumas regiões possuem fontes hídricas e outras não, fazendo com que o poder público e a comunidade em geral busquem alternativas diversas para subsidiar o abastecimento da

<sup>3</sup> Refere-se a características definidas através de fatores do meio tais como o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a umidade do ar, a radiação, o tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e a precipitação pluvial (<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/condicoes-edafoclimaticas/21084>), acesso em 30 de maio de 2018 às 20:16 hrs)



população e suas atividades produtivas. Dentre estas alternativas destacamos: a construção de barragens superficiais e subterrâneas, construção de barreiros, aguadas, cisternas, além de mecanismos de controle e preservação desses subsídios para que a água neles contida dure o máximo de tempo possível.

No entanto, apesar de todo esse empenho o que ainda presenciamos é uma realidade de grande insegurança hídrica que leva a uma insegurança social, onde a população sofre constantemente com períodos de estiagem, por vezes bastante prolongados, que prejudicam consideravelmente o desenvolvimento de várias atividades que se desenvolvem com o uso da água. De maneira geral, pode-se dizer que a criação dessas estratégias por si só de nada adiantam se não houver uma gestão destas fontes hídricas que leve em consideração a disponibilidade limitada de água da região, e atrelada a ela uma (re)educação ambiental para que a população aprenda a usufruir com responsabilidade dos recursos disponíveis.

Um diagnóstico realizado pelo Projeto Áridas<sup>4</sup> apontou algumas causas da criticidade dos recursos hídricos no semiárido que estão relacionadas a ação antrópica, dentre elas destacam-se: lançamentos de efluentes domésticos e industriais, o uso descontrolado de fertilizantes na agricultura, a ação deterioradora do homem e a ausência de práticas conservacionistas (BANCADA FEDERAL DO NORDESTE, 2013), somadas às condições ambientais citadas anteriormente, estas práticas podem gerar sérios problemas para as gerações atuais e futuras. Nesse sentido, acreditamos que a gestão dos recursos hídricos se concretizará quando houver “uma visão integrada do semiárido e uma abordagem heterogênea para englobar a diversidade socioambiental da região” (IBIDEM 2013, p. 40).

E nesse sentido, acreditamos que as instituições de ensino de modo geral, e em especial as que estão voltadas para a vida no campo, possuem um papel crucial na construção dessa visão de convivência com o semiárido, uma vez que esses espaços podem agir de maneira reflexiva diante das ações que interferem negativamente no meio e propor medidas individuais e coletivas que possam resolver ou amenizar tais danos.

## **CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UM APRENDIZADO QUE PROMOVE O DESENVOLVIMENTO**

<sup>4</sup> Projeto criado pelos Governos Federal, Estaduais e entidades não-governamentais para tratar de estratégias de desenvolvimento sustentável para o nordeste brasileiro, baseado em critérios do uso sustentável dos recursos naturais, sociais, econômicos e políticos (BANCADA FEDERAL DO NORDESTE 2013).

Durante muito tempo buscou-se inúmeras formas de combater as “adversidades”<sup>5</sup> ambientais presentes no semiárido, acreditando que esta seria a melhor maneira de viver e se desenvolver nesse espaço. Contudo, depois de vários entraves e mudanças severas no quadro populacional e econômico, descobriu-se que este é um espaço repleto de oportunidades e que pode ser explorado respeitando-se as suas limitações e buscando compreendê-las (BANCADA FEDERAL DO NORDESTE, 2013). Segundo dados desta mesma fonte, “a região semiárida oficial brasileira foi criada pela Lei Federal nº 7.827 de 1989 em substituição ao polígono das secas” (p. 33), e embora já tenham se passado alguns anos depois desta criação, a expressão “convivência com o semiárido” ainda é algo que precisa ser bastante discutido.

“Grande parte dos diagnósticos e proposições sobre o semiárido brasileiro tem como referência imagens historicamente construídas sobre um espaço-problema, terra das secas e da miséria” (SILVA, 2003 p. 361), que fazem desse espaço um lugar improdutivo, onde o desenvolvimento econômico e social jamais será equivalente ao de cidades com outros tipos de clima. De acordo com a Declaração do Semiárido (1999) “São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais (...) e obras de arte” (p. 01).

Neste sentido, acreditamos que cabe a escola trabalhar na construção de um conceito que corresponda exatamente a realidade do semiárido e, desconstruir paulatinamente as inúmeras caricaturas que fazem do semiárido e da população que nele habita, um espaço improdutivo econômica e socialmente.

Ainda sobre a declaração do semiárido: ela foi criada pela Articulação do Semiárido (ASA), constituída a partir da união de várias instituições não governamentais, que assim como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e várias outras instituições governamentais e não governamentais, se preocupam em estabelecer uma convivência harmônica com o semiárido e tem esta convivência como a principal meta dos seus trabalhos.

<sup>5</sup> Refere-se a algo ou alguém que é desfavorável (<https://conceito.de/adversidade> acesso em 30 de maio de 2018 às 20:57). O termo foi colocado entre aspas porque alguns autores que dialogam sobre convivência com o semiárido, a exemplo de SILVA 2003, acreditam que ele não corresponde mais com a realidade vivenciada.

Infelizmente, a região semiárida é assistida até os dias de hoje, por vários programas e projetos do Governo Federal que agem com medidas emergenciais frente a diversos problemas que acometem sua população, entretanto, segundo a ASA, “sendo o semiárido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico”. Tão logo essas políticas se concretizem, a população não precisará mais de medidas que resolvem ou amenizam os problemas provisoriamente.

Sendo a realidade econômica do semiárido bastante complexa, com atividades que vão desde áreas tradicionais com agricultura de sequeiro – cultivo de espécies que não necessitam de irrigação e que suportam os longos períodos de estiagem, até o uso de tecnologias avançadas de irrigação, é necessário que haja um grande conhecimento de suas peculiaridades ao desenvolver algumas práticas agropecuárias, para que estas não venham provocar ou agravar problemas ambientais aos quais esta região é susceptível (SILVA 2003). Desta forma, acreditamos que a convivência com o semiárido é algo que precisa ser discutido prementemente, tanto na sociedade civil mas, sobretudo nas instituições escolares, sejam elas de Ensino Regular ou em Escolas Famílias Agrícolas, cuja pedagogia da alternância representa um dos elementos que possibilitam a adequação às características das propostas de convivência com o semiárido, uma vez que por meio dessa convivência várias disparidades e mazelas socioeconômicas serão, pelo menos em parte, resolvidas.

## **ESCOLAS FAMILIAS AGRÍCOLAS: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO QUE TRAZ O CAMPO COMO PONTO CENTRAL DA SUA METODOLOGIA**

No contexto da educação do campo, é imprescindível que as práticas educativas respeitem os saberes, crenças e valores dos sujeitos do campo, compreende-se também que os conteúdos priorizados nos currículos escolares devem dialogar com a realidade a qual a escola está inserida, tendo em vista que estes conteúdos “devem tanto partir das experiências concretas dos alunos, quanto voltar-se à ampliação das competências e habilidades dos educandos para intervirem de forma crítica e competente (...) na realidade do campo” (LIMA 2011, p. 114).

Levando em conta essa problemática, surgiu em 1935 a primeira *Maison Familiales Rurales*, como era chamada, fruto de movimentos de agricultores juntamente com o pároco de um pequeno povoado na França. O objetivo desse movimento era proporcionar aos jovens da região o contato com o meio rural e dar sentido à vida escolar, contextualizando teoria e



prática. No decorrer do seu processo de criação as *Maison Familiares Rurales* sofreram vários entraves até consolidarem, em 1968, como sistemas de ensino autônomos que possuíam a metodologia de trabalho voltada especificamente para o homem do campo (CAVALCANTE 2007).

Ao final dos anos 60 e início dos anos 70 a primeira Escola Família Agrícola (EFA) chega ao Brasil pela iniciativa do Padre italiano Humberto Pietrogrande, com o apoio da Igreja Católica, tendo sua primeira iniciativa no Espírito Santo como uma proposta de “projeto pastoral”. Para que essa proposta educacional se concretizasse em todo o país foi criada em 1966 a Associação dos Amigos do Espírito Santo (AES) que tinha o objetivo de manter um diálogo entre Itália e Brasil para garantir a viabilidade das instituições e formação dos seus educadores. Contudo, apenas em 1976 o processo de expansão das EFA é fortalecido (IBIDEM 2007). “Atualmente as EFA estão presentes em 17 Estados Brasileiros, totalizando 130 unidades, todas filiadas à UNEFAB (União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil), fundada em março de 1982” (PPP da EFAAG 2004).

Para consolidar a proposta de uma educação do campo que promova o rompimento das dicotomias teoria e prática, estudo e trabalho, “as EFA tem como referencial teórico metodológico a *Pedagogia da Alternância* (PA) (grifo do autor)” (CAVALCANTE 2007, p. 60), que propõe:

“A alternância da presença dos alunos entre a escola e a comunidade como concepção de diálogo educativo utilizando-se de instrumentos pedagógicos próprios, buscando um processo de formação docente diferenciado e apropriado e, visando o fortalecimento da relação escola/comunidade na gestão, organização e coordenação da proposta educacional” (grifo do autor. IDEM 2007, p. 64).

Na Bahia a primeira EFA teve início em 1974 no município de Brotas de Macaúbas incentivando, dessa forma, outros municípios a implantarem tal experiência. Com a expansão das escolas fez-se necessário a criação de uma associação regional que unisse todas as associações locais que eram responsáveis pela manutenção das EFA, tendo início, em 1979, a AECOFABA (Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia), transformando-se mais tarde em REFAISA (Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas no Semiárido) (Projeto Político Pedagógico - PPP da EFAAG 2004).

Somente em 2004, nasce a Escola Família Agrícola no município de Antônio Gonçalves-Bahia (EFAAG), fruto da mobilização comunitária e lideranças de trabalhadores da região, tendo como principais objetivos, segundo o PPP: Proporcionar uma educação no/do campo para os filhos dos agricultores; promover a inserção dos pais no sistema de ensino,

para que os mesmos se tornem agentes de transformação comunitária; conhecer as tecnologias adaptadas ao semiárido e reduzir o êxodo rural. Na atualidade os alunos atendidos são provenientes dos municípios de Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Pindobaçu, Saúde, Ponto Novo, Filadélfia, Itiúba, Nordestina e Senhor do Bonfim.

Inicialmente a EFAAG ofertava somente turmas de ensino fundamental (5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries), vindo a ofertar o ensino médio de quatro anos apenas em 2015. Possui em seu currículo uma base nacional comum e uma parte diversificada, trabalhando a alternância em períodos de duas semanas, denominados por eles como sessões, onde os alunos passam duas semanas em casa ou participando de projetos sócio profissionais do meio rural e duas semanas na escola, onde fazem análises e sínteses desses projetos, além de assistirem às aulas da base comum nacional. Com relação ao número de alunos, atualmente a EFAAG possui uma média de cento e vinte discentes distribuídos em todas as séries ofertadas e, conta ainda com 11 professores/monitores graduados em áreas distintas, como podemos verificar no quadro abaixo:

ÁREA DE FORMAÇÃO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS
LETRAS	2
MATEMÁTICA	1
HISTÓRIA	1
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	1
PEDAGOGIA	2
CIÊNCIAS DA NATUREZA	1
TÉC. EM AGROPECUÁRIA	2
EDUCAÇÃO DO CAMPO	1

## **O OLHAR DOS DISCENTES DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ANTÔNIO GONÇALVES SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO SEMIÁRIDO BAIANO**

Tendo em vista o propósito deste trabalho, passaremos agora à descrição e análise dos dados obtidos através dos questionários aplicados aos discentes. Ele constou de dez questões, elaboradas a partir da observação de aulas teóricas e práticas realizada em um período de dois



meses e leitura do PPP da instituição. Para uma maior compreensão por parte do leitor, as questões foram agrupadas conforme as suas características em comum.

No que se refere ao perfil dos estudantes, a faixa etária dos entrevistados se apresenta da seguinte forma:

- Quatro alunos estão na faixa de 15 à 17 anos;
- Três alunos estão na faixa de 18 à 20 anos;
- Um aluno está na faixa de mais de 20 anos.

Em relação ao endereço dos sujeitos de pesquisa, apesar da instituição está localizada na zona rural do município de Antônio Gonçalves, encontramos alunos de cidades vizinhas como Campo Formoso e Ponto Novo, e ainda, cidades mais distantes a exemplo de Nordestina, que fica à aproximadamente 151 quilômetros de distância de Antônio Gonçalves.

No que diz respeito ao envolvimento dos discentes com atividades rurais, constatamos que sete dos entrevistados afirmaram ter total envolvimento nesse tipo de atividade, apenas um tem envolvimento parcial. Ao serem questionados sobre o que lhes motivou a ingressar na EFAAG, os entrevistados responderam:

- “Em busca de conhecimentos e técnicas para ter uma vida no campo e poder tá obtendo conhecimentos para ajudar as pessoas das comunidades tanto onde habito e em outras já que a escola forma profissional em agropecuária pra tá ajudando os agricultores, etc...” (Sujeito I)
- “Primeiramente por oferecer um curso técnico, e também por proporcionar ao jovem do campo um estudo de qualidade, permitindo assim que o mesmo continue na zona rural depois de formado, sem precisar deixar a família e procurar trabalho em outros Estados”. (Sujeito II)
- “O curso oferecido pela EFAG, por ser uma escola diferenciada, voltada ao campo, possibilitando assim um ramo de saberes, podendo se afirmar e sobreviver do campo”. (Sujeito III)

No que se refere ao conceito de caatinga e de como chegaram a esse conceito, as respostas se revelaram nos seguintes argumentos:

- “A caatinga é um bioma exclusivamente do Brasil, onde a paisagem é completamente cinza durante a seca e quando a chuva chega o ambiente seco é dominado pelo verde, dando vida ao lugar. Estudo o bioma caatinga desde o fundamental e a caatinga tem muitas riquezas, mas é pouco valorizada”. (Sujeito II)
- “Caatinga, que em tupi significa mata branca, entendo que sempre é formada por árvores que são caducifolhas, derrubam suas folhas no período seco do ano, outras à transforma em espinho para evitar a perda de água pela evapotranspiração, já outras além de perder folhas, elas armazenam água em suas raízes”. (Sujeito VIII)

- “Caatinga um lugar com grandes períodos de seca, e povos sofredores, porém é também um lugar de muitas paisagens lindas e incríveis. Eu cheguei a essa conclusão pelo conhecimento que adquiri durante todos esses anos de estudos e também pela vivência nesse bioma” (Sujeito IV)

Ao serem indagados sobre os problemas que eles vivenciam em relação a água, 50% afirmaram que a irregularidade no que se refere à precipitação de chuvas é o fator que mais dificulta a sobrevivência no semiárido baiano, sobretudo, porque a população, em sua maioria, ainda não sabe utilizar a água com a responsabilidade devida. Entretanto, ao questionarmos o que eles entendem por uso racional da água, todos os alunos em resumo responderam que nada mais é do que utilizar a água com responsabilidade, evitando o desperdício e controlando qualquer uso excessivo.

Dentre as atividades realizadas no cotidiano mencionadas por eles, como sendo as que mais consomem água, estão: o banho, limpeza de casa, lavagem de roupa/moto e irrigação de plantas. Todavia, foram unânimes em dizer que a água de todas estas atividades podem e devem ser reaproveitadas no sentido de maximizar o seu uso e evitar o desperdício. No que se refere ao reaproveitamento dessa água, os discentes apresentaram as seguintes sugestões:

- Utilizar a água do banho para irrigar plantas;
- Fazer a limpeza da casa com a água que foi utilizada para lavagem de roupa;
- Lavar moto ou outro automóvel com a água do banho ou da lavagem de roupa.

Quando foram questionados sobre qual a contribuição da EFAAG para a construção do conceito de uso racional da água, os discentes argumentaram que:

- “Depois que comecei a estudar na EFA, percebi que aquilo que eu julgava certo, estava completamente errado, conhecia apenas a teoria mas não colocava em prática. Através da escola comecei a usar água de forma consciente, pois conheci pessoas que sofreram muito com a falta de água, e precisavam comprar, mas nem sempre tinham o dinheiro” (Sujeito II).
- “Ela contribui muito de diversas formas pois nas aulas e em algumas disciplinas discutimos sobre esses fatos e estudamos como fazer para tá melhorando esses pontos, etc...” (Sujeito I).
- “A EFAAG contribui bastante com o nosso desenvolvimento e em todos os sentidos. E atualmente sabemos que estamos passando por uma situação onde de fato a EFA contribui mais ainda, e nos forma pensadores de bem para com o uso da água, e entre outros fatores” (Sujeito VII).

No que diz respeito a gestão de recursos hídricos, as respostas se apresentaram como:

- “Com relação aos recursos hídricos é que devemos armazenar a água de forma econômica para não desperdiçarmos, tendo como consciência não

poluir os reservatórios hídricos valorizando cada vez mais. De acordo com esse pensamento o governo deve contribuir com melhorias como projetos voltados para o meio ambiente para que não possa haver desperdício de água” (Sujeito VI).

- “O gerenciamento dos recursos hídricos faz-se de forma a considerar os aspectos naturais, de forma a não acabar com todos os recursos hídricos de rios, lagos, entre outras. Deve ser organizada, com que ninguém fique sem água para uso diário, e não ser utilizada de forma errada, ou seja, desperdiçando-a” (Sujeito IV).
- “Na minha concepção é uma distribuição. Gestão de recursos hídricos leva em conta todas as necessidades simultâneas de água e procura distribuí-la de maneira visando satisfazer todos os seus usos e necessidades na prática, no entanto, isto raramente pode ser feito de maneira ideal” (Sujeito VII).

Por fim e não menos importante, questionamos por que precisamos utilizar a água com responsabilidade, ao passo que os alunos apresentaram as seguintes respostas:

- “Precisamos e devemos utilizar a água com responsabilidade, porque de fato, um dia ela pode faltar. E enquanto formadores de pensamentos e ideias, temos o dever de economizar a água e de incentivar outras pessoas a fazer o mesmo” (Sujeito VII).
- “Porque a água é essencial para nossa sobrevivência e ela não é infinita, se for usada de forma descontrolada um dia acaba e não teremos mais como voltar atrás. Deve-se economizar, preservar os rios e reutilizar águas que já foram usadas” (Sujeito III).
- “Por que sabemos que tudo que tem o uso sem controle, com desperdício um dia acaba e nós não vivemos sem água. A água é a nossa vida, sem água não somos nada” (Sujeito I).

É importante destacar, que as observações *in lócus* foram realizadas em um momento que a EFAAG passa por um período crítico com relação a professores/monitores das áreas técnicas devido à falta de apoio financeiro para custear a contratação desses profissionais, de modo que no início considerei que os questionamentos da pesquisa não seriam respondidos, em parte, por conta dessa deficiência. Contudo, ao final das observações e aplicação do questionário, os resultados obtidos foram considerados satisfatórios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa descobri que, pesquisar é bem mais do que observar ou aplicar instrumentos de coleta de dados para obter resultados. É também conviver, e nesse sentido, conviver é relacionar-se, é construir novos conhecimentos a partir de novas experiências. Desta forma, pesquisar este tema foi bastante gratificante, pois apesar de todos



os desafios que a educação do campo vivencia, acredito em uma possível mudança em seu contexto, afinal, o que seria de nós, seres humanos, se não fosse a credulidade em um futuro promissor.

As discussões em torno de uma educação do campo que contemple verdadeiramente os anseios da população campesina estão longe de acabar, entretanto, ao responder o objetivo deste estudo, que é identificar e analisar a concepção de gestão de recursos hídricos no semiárido baiano por parte dos alunos da EFAAG, foi possível constatar que a escola, por meio da sua proposta pedagógica totalmente voltada para a vida no campo, contribui significativamente para a construção do conceito de gestão dos recursos hídricos dos seus alunos.

Por meio das observações das aulas e, sobretudo, das respostas obtidas através do questionário, identificamos que os discentes se preocupam verdadeiramente com a maneira como a água é utilizada nas diversas atividades cotidianas. E não só se mostram atentos a isso, como também, procuram alternativas para minimizar o seu uso indevido. Eles entendem que a gestão não é algo a ser feito somente no âmbito local, mas também nos mais diversos espaços sociais que utilizam esse bem tão precioso.

Compreendem que gerir algo tão necessário é bastante complexo, principalmente porque essa gestão depende não somente de alguns setores da sociedade, mas, sobretudo de todas as pessoas, o que dificulta esse processo, pois nem todos tem a mesma responsabilidade e comprometimento. A concepção de gestão que os discentes apresentaram vai além do ato de administrar a água, incluem no seu significado a conservação, boas práticas e organização.

Por meio da interpretação de todas as respostas apresentadas e de tudo que foi observado no decorrer desta pesquisa concluímos que, a Escola Família Agrícola de Antônio Gonçalves, dentro das suas possibilidades, cumpre com o seu papel de escola do campo em apresentar aos alunos instrumentos que possibilitam a interpretação e reflexão dos desafios impostos pelas peculiaridades do semiárido baiano, ao passo que os instiga a buscar alternativas que resolvem ou minimizam os seus efeitos sobre a população e os seres vivos em geral.

## REFERÊNCIAS

Articulação do Semiárido-ASA. <http://www.asabrasil.org.br/>. Acesso em 22/02/2017 às 14:00 horas.

Bancada Federal do Nordeste. **Seca: Análises, pressupostos, diretrizes, projetos e metas para o planejamento de um novo Nordeste.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. **A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO SERTÃO: Entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais.** Salvador: UFBA, 2007.

Lei Federal nº 9.433 de 1997. **Política Nacional de Recursos Hídricos.** Presidência da República: Casa Civil, 1997. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm). Acesso em 30/02/2017 às 21:30 horas.

REFAISA, Escola Família Agrícola de Antônio Gonçalves. **Projeto Político Pedagógico.** Bahia, 2004.

SALES, Suze da Silva. **O cenário político e socioeconômico do campo no século XX.** In: LIMA, Elmo de Souza; SILVA, Ariosto Moura da. **Diálogos sobre educação do campo.** Teresina: EDUFPI, 2011.

Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia. <http://www.sdr.ba.gov.br/>. Acesso em 05/04/2017 às 15: 20 horas.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **ENTRE DOIS PARADIGMAS: combate à seca e convivência com o semiárido.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 339-360, jan./dez. 2003.

IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) nas escolas públicas analisadas no ano de 2015, de acordo com o Portal QEdU. <http://www.qedu.org.br/estado/105-bahia/ideb/ideb-por> acesso em 31/03/2017 às 18:00 horas.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) censo de 2016. <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=290180> acesso em 31/03/2017 às 16: 24 horas.